

“ESTUDEI ARITMÉTICA PARA NÃO SER ROUBADO ALÉM DA CONVENIÊNCIA”: O MAIS NEGLIGENCIADO ÍNDICE DE *S. BERNARDO*, DE GRACILIANO RAMOS

Octávio Henrique Chames dos Santos (Mestrando em Letras pela UNESP/Ibilce-CNPq)

RESUMO

Nosso artigo parte das considerações do filósofo francês Roland Barthes (2011) sobre uma possível estrutura comum a todas as narrativas para analisar o romance *S. Bernardo*, de Graciliano Ramos [1934]/(2018). Baseando-nos no conceito barthesiano de Índice e no diálogo com a crítica especializada, propomos uma interpretação sobre “estudei aritmética para não ser roubado além da conveniência”, frase do capítulo III do romance a qual, a nosso ver, revela traços importantes da personalidade do narrador-protagonista (FRIEDMAN, 2002), Paulo Honório.

PALAVRAS-CHAVE: Graciliano Ramos. Índice. Roland Barthes. *S. Bernardo*.

ABSTRACT

Our article stems from the thoughts of French philosopher Roland Barthes (2011) about a possible common structure for all narratives to analyze Graciliano Ramos' romance, *S. Bernardo* [1934]/(2018). Basing ourselves on the barthesian concept of Index and on the dialogue with the specialized criticism, we propose an interpretation on "I studied arithmetic not to be robbed beyond convenience", a sentence from the chapter III of the romance which, on our point of view, reveals important traces of the personality of the "I" as protagonist (FRIEDMAN, 2002), Paulo Honório.

KEYWORDS: Graciliano Ramos. Index. Roland Barthes. *S. Bernardo*.

INTRODUÇÃO

No ensaio “Introdução à análise estrutural da narrativa”, o filósofo francês Roland Barthes (2011) sustenta que todas as narrativas apresentam uma estrutura em comum a qual pode ser elucidada por meio de uma análise detida, ainda que isso demande muita paciência por parte do crítico. Segundo o autor, essa “análise narrativa” deve estar assentada em um método dedutivo, ou seja, deve partir de um modelo hipotético de descrição previamente elaborado cujos pressupostos serão confirmados ou desmentidos quando a espécie (isto é, o texto narrativo) for analisada. Defendendo que “compreender uma narrativa não é somente seguir o esvaziamento da história, é também reconhecer nela ‘estágios’, projetar os encadeamentos, horizontais do ‘fio narrativo’ sobre um eixo implicitamente vertical” e que “ler (escutar) uma narrativa não é somente passar de uma palavra a outra, é também passar de um nível a outro” (BARTHES, 2011, p. 27), o filósofo propõe níveis de descrição pelos quais o crítico literário poderia guiar-se em sua atividade intelectual, sendo esses níveis o das “funções”, o das “ações” e o da “narração”.

Neste artigo, concentrar-nos-emos no primeiro desses níveis, o das “funções”, as quais seriam, segundo Barthes (2011), as unidades narrativas mínimas, isto é, o menor elemento possível preche de significado para uma narrativa qualquer, ou, em outras palavras, os detalhes que a compõem, mesmo se aparentemente inúteis ou desconexos com o todo da narrativa, visto que

[...] a narrativa só se compõe de funções: tudo, em graus diversos, significa aí. Isso não é uma questão de arte (da parte do narrador), é uma questão de estrutura: na ordem do discurso, o que se nota é, por definição, notável: mesmo quando um detalhe parece irredutivelmente insignificante, rebelde a qualquer função, ele tem pelo menos a significação de absurdo ou de inútil: ou tudo significa ou nada. Poder-se-ia dizer de uma outra maneira que a arte não conhece o ruído (no sentido informacional da palavra), é um sistema puro, não há, não há jamais unidade perdida, por mais longo, por mais descuidado, por mais tênue que seja o fio que a liga a um dos níveis da história. (BARTHES, 2011, p. 29).

Inicialmente, Barthes subdivide as funções em duas categorias: as funções distribucionais/horizontais, ou Funções, e as integrativas/verticais, ou Índices. Segundo o filósofo, enquanto as Funções remeteriam a atos complementares e consequentes (por exemplo, uma personagem comprar um revólver implica ela usá-lo em algum momento), os

Índices figurariam conceitos mais ou menos difusos, mas necessários ao sentido da narrativa. Como exemplo de Índices, Barthes cita tudo aquilo que pode ajudar a revelar o caráter das personagens, a trazer informações sobre as identidades delas e a compreender a “atmosfera” de uma narrativa. Em suma, “os índices implicam uma atividade de deciframento: trata-se para o leitor de aprender a conhecer um caráter, uma atmosfera [...]” (BARTHES, 2011, p. 36).

Nosso intento com o presente trabalho é, pois, apropriar-nos do conceito de Índice conforme elaborado por Barthes para propor uma reavaliação daquele que julgamos ser o mais negligenciado deles no romance *S. Bernardo*, do escritor alagoano Graciliano Ramos [1934]/(2018). Esse Índice seria uma curta frase do capítulo III, quando Paulo Honório, o narrador-protagonista — conforme a categorização proposta por Friedman (2002) —, assim se expressa: “estudei aritmética para não ser roubado além da conveniência” (RAMOS, 2018, p. 17). A nosso ver, é possível depreender, dessa pequena confidência honoriana com o leitor, um resumo do caráter dessa personagem, o que seria, também, mais uma evidência da maestria de Graciliano Ramos no trato com a linguagem.

Nosso interesse em nos determos mais demoradamente nesse possível Índice do capítulo III do romance de Graciliano Ramos está em que, via de regra, a crítica sãobernardiana utiliza-se de outras frases bastante importantes no romance para resumir traços diferentes do caráter honoriano, tanto que a frase que aqui analisaremos sequer aparece nos mais diversos textos críticos sobre essa obra do escritor alagoano. Por exemplo, em sua seminal obra crítica *Ficção e confissão: ensaios sobre Graciliano Ramos*, o crítico literário brasileiro Antônio Candido (1992) cita, como evidência do “sentimento de propriedade” que domina Paulo Honório¹, o que o narrador fala no capítulo II sobre sua relação com a fazenda S. Bernardo: “O meu fito na vida foi apossar-me das terras de São Bernardo, construir esta casa, plantar algodão, plantar mamona, levantar a serraria e o descaroador, introduzir nestas brenhas a pomicultura e a avicultura, adquirir um rebanho bovino regular” (RAMOS, 2018, p. 12). Já João Luiz Lafetá, em “O mundo à revelia” (LAFETÁ, 1995, p. 192), opta por destacar esse mesmo traço do caráter honoriano resgatando como, ainda no início do

¹ Segundo Candido (1992), enquanto as outras personagens seriam meras modalidades de Paulo Honório, amesquinhando-se ante sua personalidade dominadora, o próprio narrador, por sua vez, seria a modalidade do sentimento de propriedade, força que o transcenderia e em função da qual viveria. Esse sentimento em Paulo Honório pode ser resumido com a seguinte citação: “O próximo lhe interessa na medida em que está ligado aos seus negócios, e na ética dos números não há lugar para o luxo do desinteresse” (CANDIDO, 1992, p. 25).

primeiro capítulo, o narrador fala em seu projeto de escrever um livro pela divisão do trabalho.

Evidentemente, não negamos a importância desses Índices arrolados por Candido (1992) e Lafetá (1995), assim como não procuramos subvalorizar os comentários por tantos outros autores. Porém, entendemos que “estudei aritmética para não ser roubado além da conveniência” apresenta um traço bastante particular em relação a qualquer outro Índice de *S. Bernardo*. Por um lado, essa pequena frase, a nosso ver, também serviria para elucidar o sentimento de propriedade ao qual se referem Candido (1992), Lafetá (1995) e outros. Afinal, se nenhuma ação do coronel é desinteressada, mas, ao contrário, tem como objetivo satisfazer o desejo intenso de posse – o qual congrega, como lembra Lafetá (1995, p. 200), a posse de S. Bernardo e de Madalena a partir do capítulo IX -, também a opção por estudar aritmética naquele momento de sua vida mostra como, desde o início de sua disputa por propriedade, Paulo Honório já estava dominado por esse sentimento. Por outro lado, além do sentimento de propriedade, haveria pelo menos outros dois traços fundamentais do narrador-protagonista que essa frase condensaria: seu caráter “infel” enquanto narrador e sua relação no mínimo ambígua com o crime, a qual, quando elucidada, poderia inclusive servir como mais um argumento para a desconfiança contra a narrativa honoriana.

Nosso trabalho seguirá a seguinte divisão: primeiro, contextualizaremos sucintamente o Índice aqui analisado dentro de *S. Bernardo*, explicando a que momento de sua vida o narrador se refere ao dizer que estudou aritmética para não ser roubado além da conveniência. Em seguida, dividiremos nossa análise em duas partes: na primeira, concentraremos em como a ação “estudar aritmética” pode suscitar a desconfiança em relação à opinião que Paulo Honório alega ter sobre a educação formal; por fim, na segunda parte, dissertaremos como a oração subordinada adverbial final “para não ser roubado além da conveniência” demonstra, além da aparente preocupação com a própria segurança em um ramo de negócios tomado pelo ludíbrio, no mínimo uma aceitação maior da criminalidade do que a esperada para alguém interessado em confessar suas falhas.

SITUANDO “ESTUDEI ARITMÉTICA PARA NÃO SER ROUBADO ALÉM DA CONVENIÊNCIA” NO ROMANCE

Como apontávamos anteriormente, o Índice “estudei aritmética para não ser roubado além da conveniência” aparece no capítulo III de *S. Bernardo*, capítulo esse por si só bastante significativo para o romance de Graciliano Ramos. Afinal, é apenas nesse momento que Paulo Honório de fato se apresenta ao leitor, pois os dois primeiros capítulos haviam servido para o narrador apresentar *S. Bernardo* enquanto projeto literário e, principalmente, comercial — daí o porquê de Lafetá (1995) iniciar suas reflexões sobre a ligação honoriana com a propriedade citando exatamente o *incipit* do romance. Aliás, é o próprio Lafetá (1995, p. 195-196) quem apresenta, de maneira bastante sucinta, o essencial das ações do capítulo III do romance: “Através de um modo de narrar conciso, que descarta os episódios menos importantes e conta por alto os mais decisivos, ficamos sabendo sua infância miserável, o crime que o deixou ‘três anos, nove meses e quinze dias’ na cadeia, os primeiros negócios e violências no sertão”.

A frase “estudei aritmética para não ser roubado além da conveniência” aparece, então, entre o relato desse crime (o esfaqueamento de João Fagundes) e o dos primeiros negócios violentos. Conta o narrador: “Tirei o título de eleitor, e seu Pereira, agiota e chefe político, emprestou-me cem mil-réis a juro de cinco por cento ao mês. Paguei os cem mil-réis e obtive duzentos com o juro reduzido para três e meio por cento. Daí não baixou mais, e estudei aritmética para não ser roubado além da conveniência” (RAMOS, 2018, p. 17). Independentemente de ser ou não um Índice do caráter de Paulo Honório, essa citação já teria um significado bastante especial dentro do romance no sentido de ser um marco, pois é a partir desse momento que Paulo Honório passa a exercer a atividade comercial que lhe possibilita acumular o capital necessário para, no capítulo seguinte, comprar a fazenda S. Bernardo de seu então proprietário, Luís Padilha, e iniciar a trajetória que o leva não apenas à condição de latifundiário, mas também de proprietário mais influente na região de Viçosa, Alagoas (onde S. Bernardo se localiza).

Dado o contexto de aparecimento de “estudei aritmética para não ser roubado além da conveniência” em *S. Bernardo*, resta, pois, examinar as duas maneiras pelas quais essa frase se configura como um Índice nesse romance graciliânico.

“ESTUDEI ARITMÉTICA”: A FALSA DESCONFIANÇA DE PAULO HONÓRIO CONTRA A INSTRUÇÃO FORMAL

Um dos traços mais comumente apontados pela crítica sãobernardiana quanto à personalidade de Paulo Honório é sua desconfiança contra a real efetividade da instrução formal, ou seja, da educação escolar. Em geral, o trecho ao qual esses críticos fazem referência está no capítulo XVI, em um diálogo entre o coronel, o jornalista Azevedo Gondim e Madalena, à altura ainda não casada com o coronel, que se dá nos seguintes termos:

- A instrução é indispensável, a instrução é uma chave, a senhora não concorda, d. Madalena?
- Quem se habitua aos livros...
- É não habituar-se, interrompi. E *não confundam instrução com leitura de papel impresso.*
- Dá no mesmo, disse Gondim.
- Qual nada!
- E como é que se consegue instrução se não for nos livros?
- Por aí, vendo, ouvindo, correndo mundo. O Nogueira veio da escola sabido como o diabo, mas não sabia inquirir uma testemunha. Hoje esqueceu o latim e é um bom advogado.
- Entretanto o senhor acha o hospital necessário. E por que não deita fora os seus tratados de agricultura?
- É diferente. Em todo o caso suponho que os médicos estudam menos nos livros que abrindo barrigas, cortando vivos e defuntos em experiências. Eu, nas horas vagas, leio apenas observações de homens práticos. E não dou valor demasiado a elas, confio mais em mim que nos outros. Os meus autores não vieram olhar de perto os homens e as terras de S. Bernardo. (RAMOS, 2018, p. 104-105, grifo nosso).

Desse e de alguns outros trechos, a crítica sãobernardiana normalmente depreende que Paulo Honório rejeitaria qualquer visão teórica mais elaborada sobre o mundo, optando, ao invés disso, por valorizar apenas o conhecimento obtido pela prática e pela experiência de vida, pelo “correr mundo”. Isso também significaria que o máximo que o coronel de S. Bernardo concede à instrução formal é algum valor a áreas do conhecimento diretamente ligadas à sua prática, como os tratados de agricultura dos quais ele não se desfaz, segundo Azevedo Gondim, ou os de estatística, pecuária, escrituração mercantil (áreas em que ele se diz versado no capítulo II) e outras ciências relacionadas ao mundo dos negócios e ao ambiente rural. Quem resume a visão corrente da crítica sobre a relação de Paulo Honório com a educação é Lobo (2008):

A questão do saber, para Paulo Honório, é também uma questão política. Por um lado, casa com uma professora, mas por outro considera o saber formal inútil, sem praticidade, e está munido de exemplos. Em sua visão, seu advogado tornou-se melhor em sua profissão quando esqueceu o que aprendera na faculdade. À exceção de algumas leituras sobre zootecnia, acredita que o conhecimento é essencialmente uma questão prática. Construindo uma escola, seu interesse está além das necessidades sociais, pois considera a instrução uma inutilidade para pessoas simples. Seu interesse é mesmo manter sua relação política com o governador para uma possível troca de favores. Das mulheres que passaram em sua vida, é com a mais instruída que casa, mas a instrução dessa é entendida como uma ameaça, pois, ao invés de facilitar-lhe a vida, complicou-a. Após a morte de Madalena, Paulo Honório reflete que seria melhor ter casado com uma mulher mais simples, que não criaria conflitos nem se preocuparia com o salário de seus funcionários, ou seja, não sofreria com a desigualdade social. (LOBO, 2008, p. 7).

Aparentemente, não há objeções a serem feitas quanto a esse entendimento crítico, posto que ele advém das declarações do próprio narrador-protagonista sobre a educação formal. Nesse sentido, a própria frase “estudei aritmética para não ser roubado além da conveniência” seria mera confirmação de quão utilitária é a visão de Paulo Honório sobre a educação, pois, em seu ramo de atuação, a aritmética seria uma área do conhecimento fundamental enquanto pré-requisito para obter os outros conhecimentos. Entretanto, devemos lembrar que, acima de tudo, o coronel de S. Bernardo é, conforme dissemos, um narrador-protagonista pela classificação proposta por Friedman (2002), e isso traz algumas implicações em especial quanto ao ângulo do qual a história é narrada. Afinal, segundo o crítico literário norte-americano, o ângulo de narração de um narrador-protagonista é o do centro fixo, o que implica esse narrador estar quase inteiramente limitado a seus próprios sentimentos, pensamentos e percepções (FRIEDMAN, 2002, p. 177). Isso significa, também, que um narrador-protagonista, tal como Paulo Honório, tem para si o privilégio de escolher narrar o que for mais conveniente para a composição de sua versão dos fatos e, principalmente, de escolher como apresentar a si próprio para o leitor.

Nesse sentido, propomos uma interpretação diferente tanto para a relação do narrador-protagonista com a educação e com a instrução formal como, por consequência, para o significado mais profundo do Índice “estudei aritmética para não ser roubado além da conveniência” no que concerne a essa relação. Afiliamo-nos, na verdade, à visão de Edmundo Juarez Filho em *História e alegoria em São Bernardo de Graciliano Ramos* (JUAREZ FILHO, 2006) sobre o coronel de S. Bernardo enquanto narrador. Nessa obra crítica, Juarez

Filho (2006) propõe uma leitura segundo a qual *S. Bernardo* seria uma alegoria da Revolução de 1930 no Brasil e que Paulo Honório não seria um burguês arrependido de seus atos brutais contra as outras personagens, em especial contra Madalena, conforme sustentado por leituras como a de Lafetá (1995). Na verdade, para o crítico, o protagonista seria parte de uma engrenagem política fortemente abalada após a “revolução” do romance, ou seja, longe de estar arrependido de seus atos e de ter se rendido a um mundo à sua revelia, o viúvo de Madalena estaria tão tomado pelo sentimento de propriedade quanto sempre esteve, pois nunca teria deixado de tentar reaver sua posição como força mais influente da região de Viçosa. Em suma, segundo Juarez Filho (2006, p. 117), “Paulo Honório não se confessa, mas sim, estabelece uma estratégia de narrativa: ‘ocultar com artifícios o que deveria ser evidente’, como diria Madalena, frase por ele incorporada”. Em outros termos, Paulo Honório estaria no grupo dos que Wayne Booth (1983), em *The Rhetoric of Fiction*, denomina *unreliable narrator* (comumente traduzido em português como “narrador infiel”, nomenclatura que adotaremos doravante), no sentido de ser um narrador que mente ou oculta fatos de seu leitor, lembrando que, para Booth (1983), um narrador pode ser infiel se não cumprir as expectativas de seu *implied author* (“autor implícito”) ou se deliberadamente mentir, distorcer ou ocultar fatos do leitor.²

Para o que guarda relação com nossos propósitos, o grande mérito (ou, nesse caso, a grande inovação) da interpretação de Juarez Filho (2006) para o narrador Paulo Honório é conseguir explicitar como a educação é parte fundamental para sua ascensão e consolidação como a grande força política de Viçosa. O crítico assim resume a relação entre o coronel e a educação:

A educação acompanha toda a vida de Paulo Honório. Foi com seu saber ler e escrever que se tornou eleitor e recebeu crédito; que foi sabendo aritmética que soube se defender dos abusos dos agiotas; que foi o saber jurídico do João Nogueira que o ajudou a defender seus interesses; que o saber bem escrever de Gondim e Costa Brito o ajudou nas campanhas políticas; que o saber de Madalena se tornou um veneno para ele; que o saber ler de seus empregados se tornou um problema. Assim a escola devia existir, mas não para ensinar, mas apenas para criar eleitores: mais do que

² Curiosamente, essa leitura de Juarez Filho (2006) à qual nos afiliamos neste artigo também pode ser justificada com base em um excerto do romance, pois, no capítulo XIII, depois de reproduzir sua conversa na estação de trem com a tia de Madalena, d. Glória, Paulo Honório admite que cortou ou alterou partes de sua conversa com d. Glória que pareceram tolices, justificando-se da seguinte maneira: “É o processo que adoto: extraio dos acontecimentos algumas parcelas; o resto é bagaço” (RAMOS, 2018, p. 88).

qualquer outro no romance, Paulo Honório sabia da força da educação. (JUAREZ FILHO, 2006, p. 127).

Um ponto que nos interessa particularmente nessa leitura de Juarez Filho (2006) é a lembrança de como Paulo Honório de fato enxerga a escola, isto é, não como um lugar onde se poderiam formar cidadãos críticos capazes de intervir ativamente em suas realidades, mas como uma espécie de centro de criação massiva de eleitores, de modo a perpetuar no poder o grupo político com o qual negociava favores e benfeitorias. Isso também significa, como frisa o crítico, que o narrador-protagonista revela, indiretamente, ter plena consciência do potencial da instituição escolar para auxiliar na transformação de uma determinada sociedade. Dado o repúdio constante de Paulo Honório a qualquer possibilidade de mudança social no Brasil e em sua fazenda — pensemos que, como assinala Candido (1992), um dos motivos da colisão entre o coronel e sua esposa é o fato de ela procurar tratar os empregados da fazenda não como meras máquinas de fazer dinheiro, mas como seres humanos, buscando alterar sensivelmente, com isso, as regras de funcionamento da propriedade honoriana —, não é implausível crer que não é apenas a instrução formal de Madalena uma ameaça, conforme interpretam Lobo (2008) e tantos outros críticos, mas a instrução formal em geral.

Ao mesmo tempo, como bem lembra Juarez Filho (2006), foi uma espécie de conhecimento formal, o da aritmética, que permitiu ao coronel, primeiro, evitar ser enredado pelos agiotas e, progressivamente, obter o capital necessário para investir em S. Bernardo. Por mais que seja um homem prático e tenha uma inteligência privilegiada, seria pouco verossímil o protagonista ter aprendido toda a aritmética necessária para prosperar em seu ramo de atuação apenas “correndo mundo”. Ou seja, mesmo que não o tenha feito de modo convencional (devemos lembrar também que Paulo Honório conta ter aprendido a ler na prisão com um sapateiro protestante), foi a partir de alguma dose de instrução formal (e, provavelmente, não foi pouca) que o cônjuge de Madalena pôde apropriar-se de conhecimentos suficientes em aritmética para chegar a seus objetivos. Se resgatarmos também que, no capítulo II, Honório alega ser versado em estatística e em escrituração mercantil, a presença de algum tipo de instrução formal em sua vida foi e era mais constante do que ele procura dar a entender, até porque essas são duas ciências que dificilmente se aprende pura e simplesmente “por aí”, sendo necessário algum grau de dedicação para se obter os conceitos necessários para se valer delas minimamente, quanto mais para a condução dos negócios de um latifúndio.

Tudo isso significa, então, que, ao mesmo tempo em que desdenha a instrução formal, tentando construir dela a imagem de uma veleidade, o narrador-protagonista Paulo Honório muito provavelmente valeu-se dela tanto quanto do conhecimento prático para poder ascender socialmente e, principalmente, para se manter em uma posição de poder. Em nosso entendimento, tal como no de Juarez Filho (2006), isso não é demonstração de uma confissão sincera de descrença na força da educação, mas, ao contrário, o reconhecimento dessa força. Nesse sentido, não seria por acaso que o narrador teria se utilizado do verbo “estudar” para descrever seu caminho para a obtenção dos conhecimentos aritméticos fundamentais para a sua atuação profissional, pois, ao falar em “estudar”, admite serem necessários algum grau de dedicação e, principalmente, algum grau de instrução formal para alguém se tornar versado nessa área.

Em outras palavras, a frase “estudei aritmética para não ser roubado além da conveniência” serviria, em primeiro lugar, como um índice de quão artificial e, ao mesmo tempo, politicamente conveniente seria a desconfiança que Paulo Honório busca incitar constantemente contra a instrução formal. Afinal, não foi “por aí”, “correndo mundo”, “ouvindo” ou “vendo” que ele adquiriu os conhecimentos de aritmética com os quais se defendeu dos agiotas e prosperou como latifundiário; foi com dedicação, com concentração, com labor intelectual intenso, embora provavelmente não convencional, que ele se apropriou desses conhecimentos. Porém, inserida em um contexto de depreciação da instrução formal, as implicações mais profundas dessa frase passam despercebidas, permitindo ao coronel perpetuar o discurso de desvalorização justamente do melhor instrumento de que seus empregados poderiam dispor para ascenderem socialmente e, possivelmente, mudarem os rumos do jogo político na região dominada por ele. Afinal, se, como lembra Juarez Filho (2006), a capacidade de leitura dos empregados de S. Bernardo tornara-se um problema, não é difícil imaginar os outros potenciais problemas para o patrão se seus subalternos passassem a ser capazes de questionar os cálculos honorários na hora do pagamento de salários, por exemplo. Ou seja, a aparente desconfiança de Paulo Honório quanto ao poder da educação, na verdade, não poderia ser mais falsa.

Findas as reflexões sobre a relação do coronel de S. Bernardo com a educação, podemos passar ao próximo grande significado do índice “estudei aritmética para não ser roubado além da conveniência” no romance de Graciliano Ramos, isto é, a quão essencial ao entendimento do caráter e da própria confiabilidade do relato de Paulo Honório é o termo acessório “para não ser roubado além da conveniência”

“PARA NÃO SER ROUBADO ALÉM DA CONVENIÊNCIA”: SOBRE ROUBOS CONVENIENTES E INCONVENIENTES EM *S. BERNARDO*

Resgatando novamente as considerações de Juarez Filho (2006) sobre a relação entre Paulo Honório e a educação, lembramos que o autor de *História e alegoria em São Bernardo de Graciliano Ramos* destaca como a educação serviu para o coronel de S. Bernardo evitar a exploração por parte dos agiotas, o que lhe permitiu angariar verba suficiente para, futuramente, adquirir a fazenda S. Bernardo e iniciar sua vida como proprietário de terras.

Entretanto, ao afirmar que estudou aritmética para não ser roubado além da conveniência, o narrador-protagonista deixa no ar uma sutileza difícil de detectar, mas muito importante para se entender, além de seu *modus operandi* contra Luís Padilha no capítulo IV, o modo como Paulo Honório mantém também com o crime uma relação tão ambígua quanto a com a educação, pois quem alega não querer ser roubado *além da conveniência* implicitamente admite que, em uma sociedade, roubos podem ser convenientes ou inconvenientes. Se interpretarmos o termo “roubo” metonimicamente, isto é, como uma parte a representar o todo “crime”, passa a ser-nos licitar interpretar que, para o coronel de S. Bernardo, há crimes convenientes e crimes inconvenientes.

Isso, sem dúvida, traz implicações decisivas para a interpretação do caráter honoriano. Em primeiro lugar, limitando-nos à questão do roubo, ao tentar evitar que os agiotas o roubassem além da conveniência, mas não que o fizessem de todo, Paulo Honório admite, tacitamente, ter tido a necessidade de ser conivente com a subtração indevida de dinheiro alheio para poder construir sua fortuna, posto que, ao não se insurgir contra a prática de agiotagem, ele também se apropriou de dinheiro “roubado” ao tomá-lo emprestado a juros de representantes financeiros não-autorizados. Em outros termos, ao se aproveitar da agiotagem ao invés de a denunciar, o coronel ajudou uma estrutura criminoso a continuar ativa e, mais ainda, construiu uma fortuna com base em um dinheiro que ele mesmo alega ter sido roubado.

Porém, mais significativo ainda nesse sentido é que, além de participar dessa estrutura de agiotagem como tomador de empréstimos, o coronel de S. Bernardo também se apropria dessa prática para conseguir obter nada menos do que sua fazenda por um preço muito mais baixo do que pagaria normalmente. Lembremos que, ao longo do capítulo IV, Paulo Honório

conta como foi endividando um boêmio Luís Padilha emprestando-lhe dinheiro, em cima do qual cobrava juros (ou seja, praticando usura), até o então proprietário da fazenda S. Bernardo não ter outra opção além de se desfazer da propriedade. Ao final do processo e do capítulo, o narrador assim descreve o que ocorreu após Padilha assinar a escritura de compra e venda: “Deduzi a dívida, os juros, o preço da casa, e entreguei-lhe sete contos quinhentos e cinquenta mil-réis. Não tive remorsos” (RAMOS, 2018, p. 30). Se Paulo Honório considerava a prática dos agiotas um roubo que poderia ou não ser conveniente, podemos inferir que, do seu ponto de vista, ele praticou um “roubo conveniente” contra Padilha, tanto que não teve remorsos. Ou seja, mais do que ter estudado aritmética para não ser roubado além da conveniência, o narrador-protagonista apropriou-se desses conhecimentos a um ponto que lhe permitiu roubar o quanto fosse conveniente para a satisfação de seu sentimento.

Já no que se refere ao crime como um todo, poderíamos citar o exemplo do assassinato do coronel Mendonça, grande rival de Paulo Honório na região de Viçosa, no capítulo VI. Apesar de o coronel de S. Bernardo nunca confessar ter tido qualquer envolvimento na morte de seu rival, cabendo ao leitor concluir se Honório seria ou não o mandante do crime³ (provavelmente perpetrado por seu fiel jagunço, Casimiro Lopes), um comentário seu sobre a morte de um capanga de Mendonça no capítulo VIII demonstra que, longe de reprovar esse ato, o narrador-protagonista encara-o como conveniente para seus interesses, inclusive se referindo à morte do capanga (e, indiretamente, à do próprio Mendonça) por um termo de conotação bastante higienista: limpeza: “O caboclo mal-encarado que encontrei um dia em casa do Mendonça também se acabou em desgraça. Uma limpeza. Essa gente quase nunca morre direito. Uns são levados pela cobra, outros pela cachaça, outros matam-se” (RAMOS, 2018, p. 47).

Aliás, também à morte de Mendonça segue-se o que poderíamos chamar de mais um “roubo conveniente” de Paulo Honório: a sua invasão às terras de Bom-Sucesso, antiga propriedade do coronel assassinado a qual fora herdada por suas filhas, que não tinham qualquer aptidão para a atividade rural, e às terras dos vizinhos. Nesse ponto da história,

³ Para uma visão mais detalhada sobre as evidências que apontam para Paulo Honório como o mandante do assassinato do coronel Mendonça, recomendamos o artigo “Os coronéis – de Mendonça a Paulo Honório: notas sobre tipicidade e realismo em *S. Bernardo*”, em que Hermenegildo Bastos (2015) examina, com mais vagar, as diferenças e as semelhanças entre os dois coronéis enquanto tipos literários (no sentido lukacsiano do termo).

inclusive, o coronel de S. Bernardo, com a certeza da impunidade graças a seus laços com o advogado João Nogueira, desafia as moças (e, por extensão, qualquer outro reclamante) a irem à justiça, demonstrando saber muito bem que seu procedimento de apropriação de terras alheias não era conforme ao ordenamento jurídico vigente:

Depois da morte do Mendonça, derrubei a cerca, naturalmente, e levei-a para além do ponto em que estava no tempo de Salustiano Padilha. Houve reclamações.

— Minhas senhoras, seu Mendonça pintou o diabo enquanto viveu. *Mas agora é isto. E quem não gostar, paciência, vá à justiça.*

Como a justiça era cara, não foram à justiça. E eu, o caminho aplainado, invadi a terra do Fidélis, parálitico de um braço, e a dos Gama, que pandegavam no Recife, estudando direito. Respeitei o engenho do dr. Magalhães, juiz. (RAMOS, 2018, p. 49, grifo nosso).

Há, ainda, um outro fator a ser comentado quanto à relação do narrador-protagonista com o crime: mesmo depois da morte de Madalena, em momento algum Paulo Honório admite ter cometido qualquer ato ilícito, mesmo não sendo muito difícil caracterizar sua negociação com Luís Padilha por S. Bernardo como prática de agiotagem nem colocá-lo como mandante do assassinato de Mendonça no capítulo VI. Ao contrário, no último capítulo do romance, quando procura explicar ao leitor como se encontrava de saúde, o narrador assim se expressa sobre sua relação com o crime:

Sou um homem arrasado. Doença? Não. Gozo perfeita saúde. *Quando o Costa Brito, por causa de duzentos mil-réis que me queria abafar, vomitou os dois artigos, chamou-me doente, aludindo a crimes que me imputam.* O Brito da *Gazeta* era uma besta. Até hoje, graças a Deus, nunca um médico me entrou em casa. Não tenho doença nenhuma. (RAMOS, 2018, p. 216, grifo nosso).

Ou seja, a suposta confissão de um arrependido Paulo Honório pela narrativa não apenas não carrega consigo a admissão de seus possíveis crimes: ela também responsabiliza outras personagens por sua reputação como um perpetrador de ilegalidades. Em outras palavras, além de admitir a existência de crimes convenientes e inconvenientes, o coronel de S. Bernardo também revela que sua própria confissão está calcada em tornar público não necessariamente tudo o que de fato o aflige, mas apenas o que não o comprometerá de nenhuma forma (inclusive com a justiça) futuramente. Poderíamos afirmar que, nesse sentido, o próprio termo “conveniência” em “estudei aritmética para não ser roubado além da conveniência” tem dupla função como Índice no capítulo III do romance de Graciliano

Ramos: informa ao leitor, sutilmente, que Paulo Honório avalia a gravidade de um crime de acordo com quão conveniente esse ato é para ele e que, ao mesmo tempo, o coronel narrará suas próprias ilegalidades nos termos para ele mais convenientes. Ao leitor, pode ficar o questionamento sobre quão confiável de fato é um narrador que simultaneamente tenta passar a imagem de estar arrependido de seus atos, mas evita confessar-se por inteiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face do exposto ao longo deste artigo, cremos ter arrolado evidências suficientes de que a frase “estudei aritmética para não ser roubado além da conveniência” do capítulo III de *S. Bernardo*, de Graciliano Ramos, pode servir como um Índice, no sentido barthesiano, de dois traços essenciais para a construção do narrador-protagonista, Paulo Honório: o sentimento de propriedade que o domina e o caráter infiel de seu relato, o qual, por sua vez, manifesta-se por meio de uma falsa desconfiança sobre o poder e a utilidade da educação formal e de uma relação no mínimo ambígua com a prática de ilícitos.

Reiteramos também que, com nossa argumentação, não pretendemos desvalorizar outros tantos índices apontados pela crítica sãobernardiana, em especial por autores essenciais como Candido (1992) e Lafetá (1995), para a compreensão da obra como um todo e de seu narrador-protagonista, Paulo Honório. Nossa intenção, na verdade, é, pelo contrário, acrescentar elementos para o debate de uma obra tão rica de significados e tão complexa como a do escritor alagoano Graciliano Ramos, cuja maestria com a linguagem literária, em nosso entendimento, está não exatamente no que escreve, mas no que deixa subentendido em seus romances. Nesse sentido, como se pôde perceber ao longo deste artigo, nossa opção por uma abordagem calcada, mas não limitada ao conceito barthesiano de “Índice” serve como uma demonstração em dois sentidos: primeiro, dessa sutileza tão característica de *S. Bernardo*; segundo, de quão aberta a novas e múltiplas leituras está essa narrativa, assim como toda a obra de Graciliano Ramos.

REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. Introdução à análise estrutural da narrativa. In: BARTHES, Roland et al. **Análise estrutural da narrativa**. Trad. Maria Zélia Barbosa Pinto. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 19-62.

BASTOS, Hermenegildo José de Menezes. Os coronéis – de Mendonça a Paulo Honório: notas sobre tipicidade e realismo em *S. Bernardo*. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 60, p. 19-33, 2015. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/97689/96504>. Acesso em: 30 out. 2020.

CANDIDO, Antonio. **Ficção e confissão**: ensaios sobre Graciliano Ramos. São Paulo: Editora 34, 1992.

FRIEDMAN, Norman. O ponto de vista na ficção: o desenvolvimento de um conceito crítico. Trad. Fábio Fonseca de Melo. **Revista USP**, São Paulo, n. 53, p. 166-182, 2002. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/33195>. Acesso em: 15 nov. 2020.

JUAREZ FILHO, Edmundo. **História e alegoria em São Bernardo de Graciliano Ramos**. 2006. 258f. Dissertação (Mestrado em Letras Clássicas e Vernáculas) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8149/tde-23082007-133901/pt-br.php>. Acesso em 22 out. 2020.

LAFETÁ, João Luiz. O mundo à revelia (posfácio). In: RAMOS, Graciliano. **São Bernardo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1995. p. 192-217.

LOBO, Alexandre. As raízes de Paulo Honório: uma leitura de *São Bernardo* a partir de *Raízes do Brasil*. **Nau Literária**, Porto Alegre, v. 4, n. 02, 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/NauLiteraria/article/view/5991>. Acesso em: 27 nov. 2020.

RAMOS, Graciliano. **São Bernardo**. 100. ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.